

MAPEAMENTOS EM ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA: primeiras análises cartográficas em Campo Florido, MG, Brasil.

Antônio Carlos Freire Sampaio
Professor Doutor. Universidade Federal do Triângulo Mineiro
Av. Frei Paulino, 30 - Bairro Abadia. CEP: 38025-180 - Uberaba - MG
Fones: (34)3318-5223. Fax: (34) 3318-5222
E-mail: acfsampa@netsite.com.br

Adriany de Ávila Melo Sampaio
Professora Doutora. Universidade Federal de Uberlândia. Instituto de Geografia
Av. João Naves de Ávila, 2160 – Campus Santa Mônica, Bloco H - Uberlândia-MG
Fone: (34)3239-4101. Ramal: 36 – Fax: (34)3239-4210
E-mail: prof_adriany@yahoo.com.br

Terezinha Thomaz de Oliveira
Professora. Município de Campo Florido – membro do MTL
Fone: (34) 3211-4221
E-mail: teresinhato@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

O marco inicial para o desenvolvimento deste trabalho foi o Projeto “*Formação Docente em Geografia, Pedagogia da Terra e Assentamentos de Reforma Agrária*” (SAMPAIO et al, 2008), desenvolvido no ano de 2007, como um trabalho de apoio aos professores da Rede Básica de Ensino do município de Campo Florido, MG, e elaborado na perspectiva de contribuir para a formação continuada destes professores, principalmente os que atuam em áreas de assentamento de reforma agrária.

Nesta perspectiva, visitou-se o município de Campo Florido para o desenvolvimento daquele Projeto.

Assentamento de reforma agrária é a divisão de grandes áreas de terra, tidas como “improdutivas” e a sua distribuição para as pessoas conhecidas como “sem-terra”, com o objetivo de possuírem, cada uma destas pessoas, um “pedaço” de terra e dela poderem tirar a sua subsistência e a de seus familiares. Convém ressaltar que, na maioria das situações que envolvem a divisão de terras para reforma agrária, várias famílias “ocupam” estas terras “improdutivas”, sendo sua presença no local uma forma para pressionarem as autoridades para que se faça a divisão e o assentamento de famílias nesta área. O termo conhecido para esta situação de ocupação inicial é *acampamento*.

O *assentamento* se caracteriza, entre outras ingerências burocráticas, na divisão de um grande latifúndio em pequenos pedaços de terra (algo em torno de, por exemplo, três alqueires ou aproximadamente 15 hectares) distribuídos para aquelas famílias acampadas.

Esta divisão requer um trabalho de Cartografia mais específico, que envolvem outras qualificações específicas, pois não se trata, simplesmente, de dividir, por exemplo, uma área total de 300 alqueires em 100 pedaços de 3 alqueires para 100 famílias a serem assentadas. Tem-se que analisar as glebas, entre outras variáveis, de forma que todos ganhem as mesmas porções de áreas produtivas e que outras áreas, como afloramentos rochosos, matas, campos hidromórficos e cursos d’água sejam computadas para o bem comum, de todos.

Situado na região do Triângulo Mineiro, Campo Florido possui uma área de 1.262 km² e uma altitude média de 600 metros. Segundo a contagem de 2007, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município possui aproximadamente 6.600 habitantes. Do ponto de vista político-administrativo, Campo Florido faz limite com os municípios de Prata, Pirajuba, Comendador Gomes, Frutal, Veríssimo e Conceição das Alagoas. Seu relevo apresenta uma topografia relativamente plana, constituída por vales e planaltos esparsos, a Serra dos Piticós e o morro do Pião.

O Município de Campo Florido conta atualmente com quatro assentamentos de reforma agrária (Nova Santo Inácio Ranchinho, Aprazível, Francisca Vera e Tavares). Além destes, encontrou-se à beira da estrada, vizinho ao município de Campo Florido, o acampamento de reforma agrária *Roseli Nunes*, onde se constatou como vivem, antes do assentamento, aqueles que não têm um pedaço de terra para morar e dela retirar o seu sustento, morando, enquanto acampados, em barracos, todos improvisados com lona e madeira, abrigando famílias inteiras, inclusive crianças, em um espaço sem estrutura para tal. Superficialmente foi possível observar a pobreza dessas famílias, e por meio do diálogo, ficaram ainda mais evidentes as dificuldades que elas têm para viver e se sustentar, assim como o descaso, tanto da sociedade quanto dos políticos, para com elas. Somado a isso, está instalada, em Campo Florido, uma filial da Usina Coruripe (para benefício de cana de açúcar), que, juntos, trouxeram para o município um grande contingente de migrantes. Com o aumento da migração, elevaram-se os problemas sociais da cidade na questão de estruturas dos sistemas de saúde e educação, e na estrutura de trabalho remunerado para aqueles acampados e assentados.

Durante o Projeto desenvolveram-se, para os professores, aulas de Cartografia, desde uma recordação geral para o professor de Geografia, bem como estudos sobre a situação dos mapeamentos das áreas de assentamento.

A importância de noções gerais de Cartografia é útil ao professor que ministra Geografia, que muitas vezes não é geógrafo e sim de outras formações como História, Pedagogia e Biologia, por exemplo, no sentido de saber ensinar seus alunos sobre o tema. Participaram destas aulas de Cartografia alguns alunos e também pais, além dos novos proprietários da terra. Nestas aulas foi possível apresentar conhecimentos mais detalhados sobre a situação do mapeamento do próprio assentamento. Convém ressaltar que, muitas vezes, estes pais de alunos são analfabetos ou semi-alfabetizados e que não entendem a linguagem de um mapa como, por exemplo, escala e legenda. Estes queriam apenas “enxergar”, de forma real, seu pedaço de terra e não se atentaram para o fato de que uma carta é um instrumento valioso para se ver o todo.

Soma-se à isto que a estrutura de apoio aos grupos, ou o órgão que está apoiando um determinado movimento, contrata o mapeamento da terra a ser dividida sem ter, no seu organograma, pessoas capacitadas a questionar e criticar o trabalho de mapeamento.

Foram os mapeamentos verificados durante as aulas de Cartografia que motivaram a elaboração deste trabalho.

No contexto da divisão igual e imparcial para todos, verificou-se mapas não coerentes com as necessidades dos assentados, com erros que não permitiriam a concretização do assentamento. Este é o exemplo de um dos assentamentos, que após o mapeamento da área a ser partilhada, verificou-se a impossibilidade de se efetivar a divisão dos lotes para as famílias e, até hoje, estas famílias vivem na grande área sem que cada uma delas saiba qual o seu “pedaço” de terra.

Partindo destas questões, este trabalho apresenta as primeiras análises sobre o mapeamento dos quatro assentamentos de Reforma Agrária no Município de Campo Florido. O

objetivo geral é discutir as possibilidades do uso e do controle da Cartografia pelos próprios assentados da reforma agrária.

2. SOBRE REFORMA AGRÁRIA

O tema “Reforma Agrária” esteve presente no debate político brasileiro nas últimas décadas tendo por base a venda de terra de grandes latifundiários para trabalhadores com pouca ou sem terra, para poderem, dela, subsistir. Se imaginava que, em tese, este processo deveria conduzir à diminuição da pobreza rural e, também, urbana, ou seja, distribuição de renda mais adequada. Mas, diversas pesquisas e relatos de experiências concretas, seja no Brasil ou em outras nações, mostravam os muitos problemas nas políticas de condução do tema, denominada, por alguns autores referenciados neste trabalho, como “mercado de terras”, gerando o aumento da pobreza desses trabalhadores sem terra. Estas mesmas políticas geravam maior concentração de terra e beneficiavam grandes proprietários que vendiam parte de suas terras (em geral, as piores áreas) a preços inflacionados, à vista e em dinheiro, enquanto que os trabalhadores rurais que desejavam a terra (os assentados), amargavam dívidas das terras que receberam. Ou seja, a obrigação constitucional do Estado substitui o interesse social da desapropriação de terras pela “compra e venda” de terras (BRASIL, 1985; MARTINS, 1999; MEDEIROS, 1989; RESENDE e MENDONÇA, 2004)

Autores como Micheloto (1991), Abramovay (1994) e Martins (1999) discutem o tema, com históricos desde 1920, da realização de transformações fundiárias no Brasil. Reforma Agrária é, portanto, um tema extenso e polêmico, dando margens a várias discussões.

O assentamento em áreas de Reforma Agrária passa por um processo de várias fases, que se pode resumir na seguinte seqüência:

- identificação de uma área improdutiva;
- acampamento dos interessados na área (forma de pressão política);
- burocracia para desapropriação;
- pagamento da terra ao proprietário;
- mapeamento da área e das glebas de assentamento;
- divisão das parcelas aos acampados;
- assentamento dos novos proprietários;
- burocracia para pagamento de dívidas individuais (de cada assentado).

Uma das partes desse processo: o mapeamento da área e das glebas para Reforma Agrária, será apresentada a seguir, mostrando os casos dos mapeamentos realizados nos assentamentos de Campo Florido, MG, com reflexões e discussões a respeito.

A figura 1 destaca a região de Campo Florido, no Triângulo Mineiro.

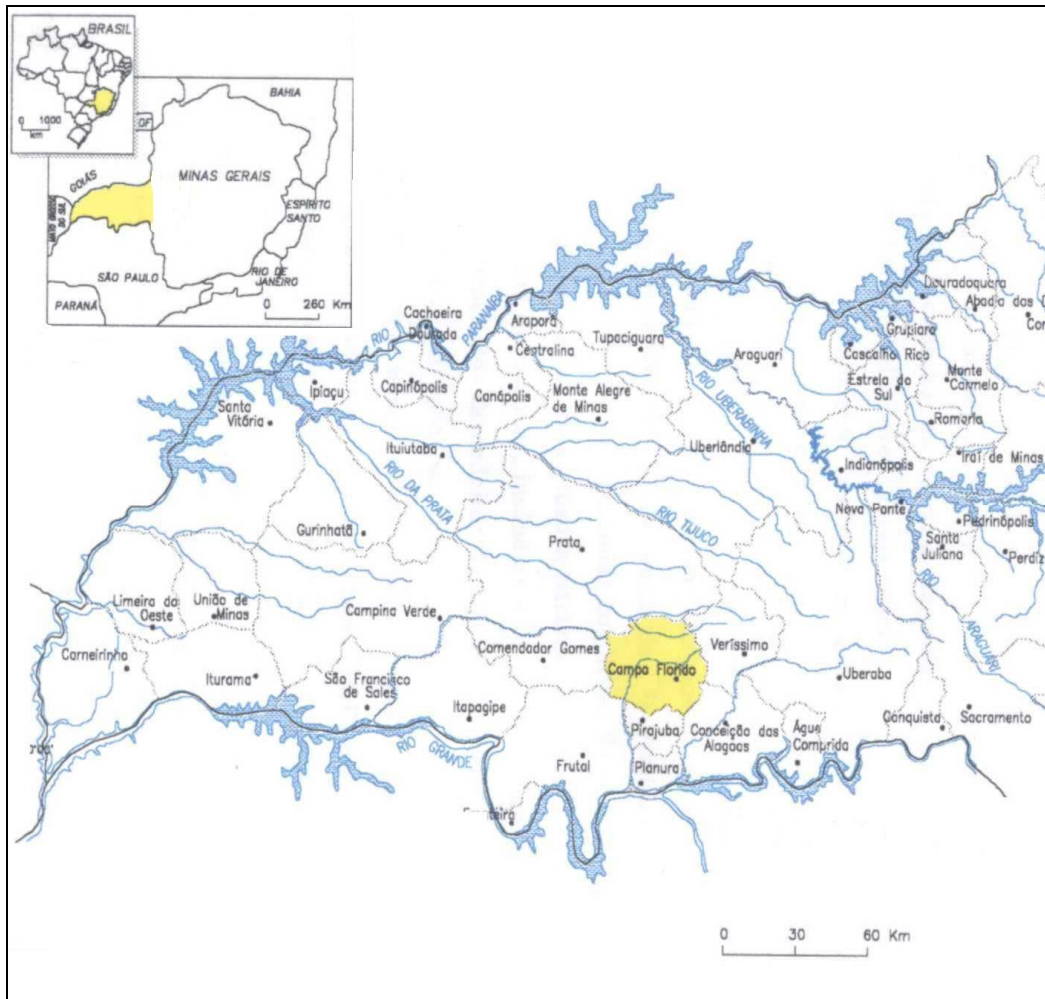


FIGURA 1: Destaque de Campo Florido, no Triângulo Mineiro
FONTE: GUIMARÃES, 2001

3. MAPEAMENTO DOS ASSENTAMENTOS

Os trabalhadores rurais sem terra, enquanto estão *acampados* se reúnem e organizam discussões sobre a apropriação do espaço a ser ocupado. A relação com o governo e o proprietário da terra (latifundiário), neste processo, deveria seguir com o consenso das partes, mas não é isso o que se percebe.

Vários problemas surgem, ao longo das etapas e, ao final, o que se vê são os futuros assentados sendo prejudicados em vários sentidos (financeiro, família, trabalho, entre outros).

Será descrito, a seguir, a maneira como o mapeamento de cada área de assentamento, em Campo Florido foi realizada e com observações sobre os mesmos.

Vale ressaltar, neste estudo, que pela necessidade de ocupação das glebas de assentamento no mais rápido tempo possível, e pelo provável desconhecimento, por parte dos trabalhadores rurais, das relações legais e documentais, verificou-se que o trabalho de mapeamento (demarcação dos lotes) ocorreu sem a participação efetiva dos trabalhadores rurais (GUIMARÃES, 2001).

a. Nova Santo Inácio Ranchinho

O processo de assentamento data de 1994, com uma área aproximada de 4.000 ha e organizada pelo Movimento Trabalho, Luta e Liberdade (MTL).

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) recebeu crítica dos assentados sobre a irresponsabilidade desta Instituição, no mapeamento das glebas. Os assentados afirmaram que o parcelamento foi feito sem critério. Usou-se uma imagem de satélite muito antiga para mapear a área. Com isto, erros foram observados, como: a imagem mostrava um brejo que, na verdade, não existia mais; a área que seria de reserva, já estava degradada; uma área que seria um lote, já tinha se tornado mata (se reflorestado). Comentaram, também, sobre as diferenças nas metragens das áreas demarcadas. Havia área muito pequena e área muito grande sem se considerar áreas de maior ou menor produtividade ou com dificuldades de manejo e que gerou, por exemplo, lote pequeno, sem água e de terreno acidentado, e lote grande, com água e de terreno razoável para produção (GUIMARÃES, 2001).

A figura 2 ilustra a distribuição dos lotes do Assentamento Nova Santo Inácio Ranchinho.

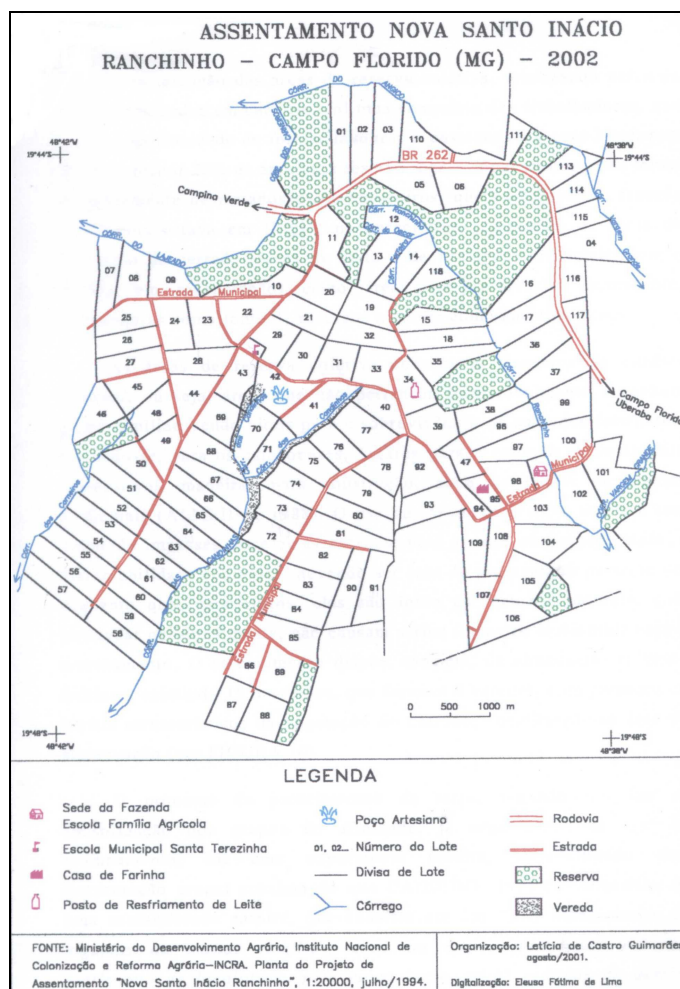


FIGURA 2: Divisão dos lotes do Assentamento Nova Santo Inácio Ranchinho

FONTE: GUIMARÃES, 2001

b. Aprazível

O processo de assentamento data de 2006, com uma área aproximada de 1.800 ha e organizada pelo Movimento de Luta dos Sem Terra (MLST).

O assentamento se localiza com parte no município do Prata e parte no município de Campo Florido.

O trabalho do mapeamento foi realizado, segundo os trabalhadores rurais a serem assentados, por empresa que usou uma imagem de satélite para executar o projeto e que, depois, contratou topógrafos para demarcarem, no campo, o que foi desenvolvido em gabinete.

Os trabalhadores rurais a serem assentados comentaram que não participaram deste projeto e observaram erros, como: havia brejo no meio de lotes; não se observou a qualidade do terreno e do solo na divisão, sendo que os lotes ficaram com tamanhos semelhantes, independentemente de sua topografia e geologia, entre outras.

Por conta da discordância com o trabalho de mapeamento, os trabalhadores rurais se dividiram, sendo que aqueles que ocupavam as terras localizadas no município do Prata ocuparam seus lotes e os trabalhadores rurais do lado de Campo Florido se recusaram a ocupar cada lote, como forma de exigir nova demarcação. Trabalham em conjunto sem que cada família saiba onde fica seu pedaço de gleba. Com isto, esta situação de não ocupação individual se “arrasta” desde 2006, onde o prejuízo, de novo, se dirige aos que seriam assentados.

c. Francisca Vera

O processo de assentamento data de 2003, com uma área aproximada de 1.400 ha e organizada pelo Movimento dos Sem Terra (MST).

A demarcação da área de assentamento deveria ter sido realizada por empresa vencedora de um processo de licitação, mas isto não ocorreu, ou seja, o mapeamento não foi realizado. A empresa que ganhou a licitação recebeu o dinheiro e não realizou o serviço. Após reclamação do Movimento com o INCRA, este disse que o Movimento deveria tentar solucionar a situação.

Em conversa com um trabalhador rural a ser assentado neste local, o mesmo disse que o MST decidiu que os próprios trabalhadores rurais realizariam a divisão das parcelas, como forma de pressão política. Os trabalhadores rurais realizaram a medição, segundo eles, “na corda”, ou seja, os trabalhadores rurais mediam os lotes com uma linha de medida. Mas este procedimento não era preciso, pois não tornava legal a divisão das parcelas, ou seja, cada trabalhador a ser assentado não tinha, ainda, um documento oficial de seu pedaço de terra e não podia prosseguir com outras providências com, por exemplo, a solicitação de recursos para construir sua casa. Por causa disto, todos ocuparam seus lotes, mas vivem em casas construídas de forma precária como os acampados (barracos de lona e madeira). A situação se “arrasta”, desta forma, até hoje, sem que o assentamento tenha sido integralmente e corretamente mapeado, conforme figura 3.

O que se imaginava como uma situação sem coerência, ganhou outra visão após conversa com técnicos da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais (EMATER) e com o Secretário de Agricultura do município de Campo Florido. Os mesmos comentaram que a empresa que ganhou a licitação para a demarcação do assentamento, fora indicada pelo próprio Movimento. Então, como fica a questão? A indicação da empresa compromete o MST, com o repasse do financiamento, Se sim, o que fizeram com o dinheiro? Se não, como eles resolverão o mapeamento que ainda não foi realizado?

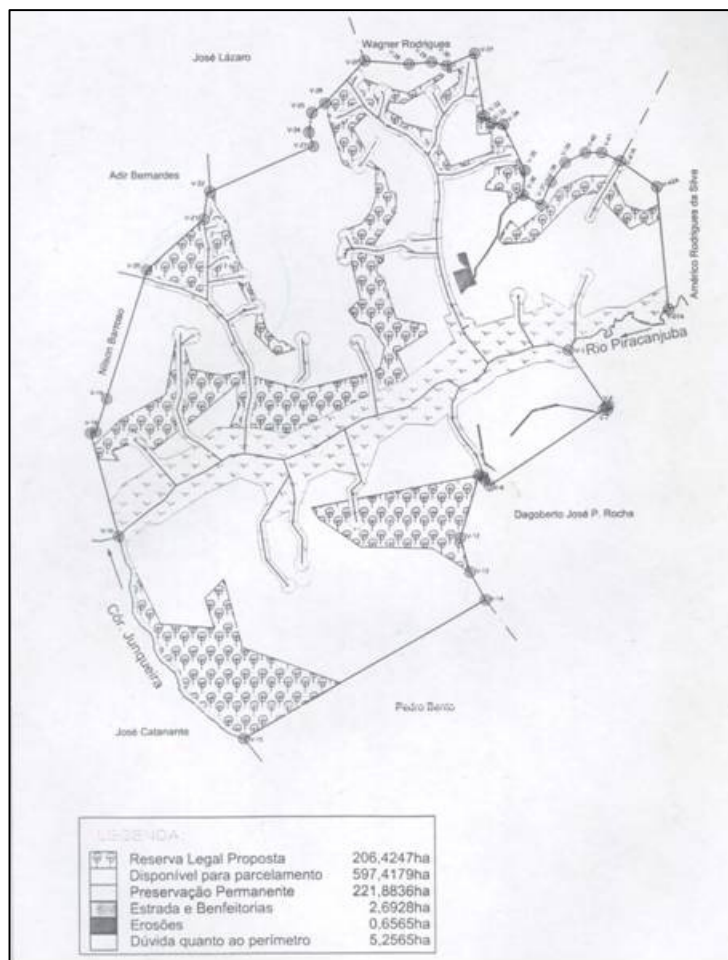


FIGURA 03: Área do Assentamento Francisca Vera, sem a divisão dos lotes.

FONTE: MST, 2007

d. Tavares

O processo de assentamento data de 1998, com uma área aproximada de 1.350 ha e organizada pelo Banco da Terra.

O Banco da Terra é uma Instituição criada em 1998, que permitia a participação individual (não somente de associações) para se adquirir um terreno com fins de produção. Recebeu diversas críticas no sentido de que visava atingir um público mais capitalizado, deixando de ter como objetivo principal o “alívio da pobreza”, gerando denúncias de benefícios às elites rurais, de corrupção e conseqüente aumento do valor da terra (RESENDE e MENDONÇA, 2004).

Ao entregarem os lotes a cada novo assentado, estes recebiam, também, uma dívida a ser paga em prazos acertados. Em pouco tempo, os trabalhadores rurais perceberam que não conseguiriam pagar a dívida com o governo, pois tinham que trabalhar duro e sem nenhum tipo

de benefício para produzirem. Segundo um assentado, o próprio gerente do Banco do Brasil local tinha dificuldades para realizar os cálculos dos reajustes das prestações.

A área mapeada e dividida do Assentamento Tavares, embora tenha sido realizada, recebeu, por parte de alguns trabalhadores rurais assentados, críticas semelhantes às anteriores, como o caso de lotes sem água. Soma-se, à estas observações supracitadas, o fato de receberem uma dívida, com índices de mercado, a ser paga, sem nenhum tipo de incentivo de governo em paralelo ao processo de produção individual.

4. CONSIDERAÇÕES SOBRE O ESTUDO

Das leituras realizadas para elaboração deste trabalho e dos relatos dos trabalhadores rurais envolvidos nos assentamentos, verificaram-se algumas considerações sobre a forma como os mapeamentos nas áreas de assentamentos foram realizados. O INCRA possui, em seu organograma, um Departamento de Cartografia, com técnicos habilitados. Este Departamento deve servir de fiscalizador, tendo em vista que os trabalhos de mapeamento e demarcação de lotes são realizados por firmas que se habilitam e vencem processos de licitação. Segundo depoimentos de trabalhadores rurais a serem assentados, cada empresa que realiza o serviço de divisão das glebas usa imagem de satélite ou mapas antigos das áreas a serem trabalhadas. Após o trabalho de gabinete, topógrafos eram contratados para materializar a divisão das glebas. O mapeamento era concluído sem a participação, nas equipes de trabalho, de nenhum integrante dos trabalhadores rurais a serem assentados e quase sempre sem verificação, em campo, de toda área.

Com a fase do mapeamento concluída, o processo de assentamento prosseguia em suas novas etapas.

Entende-se que, na “briga” de “poderosos” (governo e grandes latifundiários) com os “pobres” (trabalhadores rurais e sem terra que querem ser assentados), todas as fases do processo passam por críticas e não concordâncias.

O mapeamento para assentamento de reforma agrária é uma fase fundamental que necessita de várias pessoas qualificadas na execução da divisão da área total. É a partir dele (mapeamento preciso dos lotes com medidas e memorial descritivo) que se pode seguir adiante com o processo de posse da terra (por exemplo, recursos para construir a casa própria, recursos para desenvolver agricultura e pecuária, escritura definitiva do lote). Mas é importante, também, a participação dos trabalhadores rurais a serem assentados, pois eles receberão o produto final do trabalho (lote de terra) e precisam ser parte integrante nas decisões de partilha, do tamanho dos lotes e do tipo de terreno que receberão.

Uma seqüência de procedimentos é apresentada, a seguir, como sugestão de um trabalho de mapeamento e divisão de glebas para futuros assentados de reforma agrária.

Primeiro deve-se realizar o levantamento aerofotogramétrico da área a ser mapeada e dividida, pois mostrará, de forma atual a área a ser trabalhada. Mas este é um trabalho caro, sendo, por vezes, substituído por imagens de satélite ou mapeamentos anteriores existentes (como foi observado nos levantamentos apresentados neste trabalho).

Segundo, se for usado imagens de satélite ou mapeamentos anteriores, é importante observar que antes de se realizar, em gabinete, a divisão das terras, é necessário um reconhecimento detalhado do terreno atual, no sentido de confirmar feições existentes ou corrigir mudanças ocorridas com o tempo. Mas é importante, também, que esta equipe de

reconhecimento do terreno tenha, em sua constituição, membros de diversas qualificações como: Engenheiros Cartógrafos ou Agrimensores, para realização de mensuração da área a ser dividida; Engenheiros Ambientais, Biólogos ou Geógrafos, que podem opinar sobre áreas de reserva, áreas de preservação, campos hidromórficos, o espaço a ser demarcado e suas relações com pontos importantes da área e de seu entorno, como por exemplo, hospitais, escolas, mercados, entre outros; Geólogos, que podem opinar sobre o tipo da terra e a qualidade do solo, em cada parcela.

Terceiro, com todos os dados levantados pela equipe multidisciplinar, no campo, procede-se a divisão, em gabinete, demarcando-se as glebas a serem distribuídas aos assentados.

Quarto, a materialização da demarcação feita em gabinete, com novo trabalho de campo, com a equipe de topografia e os trabalhadores rurais a serem assentados.

Quinto, a confecção do produto final do mapeamento: carta da área de assentamento com lotes e outras feições.

Vale ressaltar que cada fase supracitada deve ser finalizada com um trabalho de revisão dos procedimentos executados, e sempre com a participação dos futuros assentados.

5. CONCLUSÃO

Este trabalho vem confirmar, então, as dificuldades que existem nas relações entre trabalhadores rurais e latifundiários, na luta pela terra.

Os “poderosos” e “cultos”, de um lado, se cercam de manobras legais para conseguirem benesses desejadas. Os “trabalhadores rurais sem terra” e, segundo alguns, “sem cultura” (sem cultura escolar, pois a grande maioria é de alfabetizados ou de analfabetos, mas com uma cultura de vida, de luta, de esforço, de sacrifício e de sobrevivência muito além daqueles que estudam), de outro lado, tentam se organizar, com grandes dificuldades, no sentido de conseguirem aquilo que desejam – um pedaço de terra própria para trabalharem e sustentarem suas famílias.

Pontos negativos também são observados, no meio dos trabalhadores rurais sem terra e seus Movimentos, pois uma associação deve pautar suas decisões pelo consenso e pela maioria, mas observou-se que quando uma minoria não concorda com decisões da maioria, estes poucos saem do grupo e formam novas associações, como é o exemplo do MST, MTL, MLST, Liga dos Camponeses Pobres, entre outros. Não percebem que a divisão enfraquece todos os lados de um grupo inicial maior. E o enfraquecimento conduz ao aumento das dificuldades para se conseguir o que se deseja.

Verificou-se, também, que alguns assentados venderam suas parcelas a outros, com o intuito de receber dinheiro e tentar outra forma de vida ou, até mesmo, retornar a um processo de *acampamento*, em outro lugar. Outros que, por falta de opção, “alugavam” suas terras para plantação de cana. E, por fim, o que um determinado Movimento fazia com dinheiro recebido para mapear?

De todo o exposto, vale uma máxima de motivação para os trabalhadores rurais sem terra que desejam possuir seu lote próprio e dele subsistir: A UNIÃO FAZ A FORÇA! Como resumo: Reforma Agrária é possível. Basta vontade das partes envolvidas. E vontade conduz, por vezes, em “ceder”. Para o latifundiário, ganhar um pouco menos, quem sabe! Para os trabalhadores rurais sem terra, aceitar as decisões da maioria, sem divisões.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Agricultura Familiar e Capitalismo no Campo. In: STEDILE, J.P. (Coord.). **A Questão Agrária Hoje**. Porto Alegre, RS. UFRGS, 1994, p. 94-104.

BRASIL. Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário – MIRAD. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. **1º Plano Nacional de Reforma Agrária da Nova República** – 1º PNRA (1985-1989). Brasília, DF. MIRAD / INCRA, 1985, 73 p.

GUIMARÃES, L.C. **Luta Pela Terra, Cidadania e Novo Território em Construção**: o caso da Fazenda Santo Inácio Ranchinho, Campo Florido – MG (1989 – 2001). Dissertação de Mestrado. Uberlândia, MG. UFU, 2001, 169 p.

MARTINS, J.S. **O Poder do Atraso**: Ensaio de Sociologia Lenta. São Paulo, SP. HICITEC, 1999, 174 p.

MEDEIROS, L.S. **História dos Movimentos Sociais no Campo**. Rio de Janeiro, RJ. FASE, 1989, 215 p.

MICHELOTO, A.R. **Catolicismo e Libertação dos Setores Subalternos no Campo**: Contribuição à Análise do Imaginário Religioso na Configuração de Alguns Projetos e Práticas Populares no Brasil pós-1964. Tese de Doutorado. São Paulo, SP. PUC, 1991.

RESENDE, M., MENDONÇA, M.L. **As Políticas do Banco Mundial Para a Estrutura Fundiária Brasileira**: Armadilhas do Mercado de Terras. São Paulo, SP. MAXPRINT, 2004.

SAMPAIO, A.A.M. et al. Formação Continuada em Geografia: primeiras reflexões sobre a experiência com os professores dos Assentamentos de Reforma Agrária de Campo Florido – MG. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, XV, 2008. **Anais**. São Paulo, SP. AGB / USP. 12 p.